

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 INTERNET: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	25
1.1 Primórdios do conceito de rede: técnica e literatura	25
1.1.1 O controverso Metaverso.....	31
1.2 Aspectos operacionais da internet.....	36
1.2.1 Linguagem HTML e <i>Browser</i>	36
1.2.2 Endereço IP: IPv4 x IPv6.....	38
1.2.3 <i>Cookies</i>	41
1.2.4 Site, domínio e <i>cybersequatting</i>	44
1.2.5 Internet das Coisas (<i>Internet of Things</i> – IoT).....	47
1.2.5.1 <i>Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019</i>	48
1.2.6 <i>Big Data</i>	50
1.2.7 Computação e armazenamento em nuvem (<i>cloud storage</i>)	52
1.2.8 Serviço <i>over-the-top</i> – OTT	53
1.2.9 Arquitetura <i>Peer-to-peer</i> – P2P	53
2 A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE INTERNET E SUA REGULAÇÃO	55

2.1	O problema da regulação da internet.....	56
2.1.1	Regulação e agências reguladoras.....	56
2.1.2	A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997).....	58
2.1.3	A questão da natureza do serviço de conexão à internet: Serviço de Valor Adicionado x Serviço de Telecomunicações (Norma 004/1995 e Lei Geral de Telecomunicações)	62
2.1.4	Vácuo regulatório e potencial incompetência regulatória da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a regulação dos serviços de internet	68
2.1.5	Obstáculos à regulação direta da internet: dissolução de fronteiras e desafios à aplicação da lei local	70
3	AGENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA VIRTUAL.....	77
3.1	Provedores de serviços de internet: Provedores de aplicações e provedores de conexão.....	77
3.1.1	Provedores de <i>Backbone</i>	80
3.1.2	Provedor de acesso ou conexão.....	81
3.1.3	“Provedor” de informação e provedor de conteúdo	82
3.1.4	Provedor de hospedagem	84
3.1.5	Provedor de correio eletrônico	85
3.2	Das esferas de responsabilização dos provedores de serviço	85
4	COMUNIDADES VIRTUAIS	89
4.1	A natureza auto-organizada da internet enquanto sistema sociotecnológico.....	92
4.2	Comunidades virtuais: conformação conceitual e definições ...	97
4.3	Elementos Constitutivos das Comunidades Virtuais: Associação de Usuários e Plataforma Digital Sede	102

4.4	Características Comuns e Critérios de Qualificação das Comunidades Virtuais	104
4.5	Tipologia das Comunidades Virtuais: Critérios de Classificação	107
4.5.1	Quanto à temporalidade das comunicações: comunidades síncronas e assíncronas	107
4.5.2	Quanto ao Interesse dos usuários participantes: comunidades de motivação social e comunidades transacionais	108
4.5.3	Quanto à relação entre os membros e a plataforma: comunidades de discussão, de conclusão de objetivos e tarefas, de ambientes virtuais e híbridas	109
4.5.4	Quanto ao patrocinador da comunidade: comunidades fundadas por membros e comunidades patrocinadas por organizações.....	112

5 DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL

115

5.1	A abertura do catálogo constitucional de direitos fundamentais.....	116
5.2	Direito humano fundamental de acesso universal à internet	119
5.3	Inviolabilidade das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.....	125
5.4	Direito à privacidade e proteção dos dados pessoais: EC nº 115/2022	127
5.5	Liberdade de pensamento e de expressão	132
5.5.1	Liberdade de expressão e “PL” das <i>Fake News</i> (PL nº 2.630/2020).....	136

6	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	149
6.1	Afinal, o que são dados (pessoais)?	152
6.1.1	Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados	155
6.1.2	Metadados	157
6.1.3	Dados de saúde e Lei nº 14.289/2022: Sensibilidade qualificada	159
6.2	Vigência da LGPD: Cenários pré e pós-pandemia	161
6.3	A extraterritorialidade da LGPD: Diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e comparativo com a <i>General Data Protection Regulation</i> – GDPR	164
6.4	Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e minimização de dados	171
6.5	Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados	174
6.6	O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral	186
6.7	O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública ...	191
6.7.1	Indicação de encarregado pela proteção de dados	195
6.7.2	Compartilhamento (condicionado) de dados pessoais na Administração e Decreto nº 10.046/2019	197
6.7.3	A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017)	204
6.7.4	O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimentos CNJ nº 74/2018, 134/2022 e novas normas de serviço	208
6.8	As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia	218
6.9	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: Perspectivas administrativas e regime especial	224

6.10 O regime da responsabilidade Civil na atividade de tratamento: objetiva, subjetiva ou categoria especial?	232
6.11 A responsabilidade nos incidentes de vazamento de dados	247
7 MARCO CIVIL DA INTERNET: LEI Nº 12.965/2014.....	257
7.1 Técnica legislativa subjacente: Código de Princípios e Cláusulas Gerais	259
7.2 Direitos e garantias dos usuários	265
7.2.1 Inviolabilidades e sigilo.....	267
7.2.2 Continuidade dos serviços de conexão	268
7.2.3 Manutenção da qualidade contratada e proteção de dados pessoais.....	274
7.3 Redação contratual e proteção do consumidor: Termos e condições gerais de uso	274
7.4 Neutralidade de rede: disciplina nacional e comparada.....	286
7.4.1 A neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e no Decreto nº 8.771/2016.....	291
7.4.2 A neutralidade de rede no modelo europeu: Regulamento EU 2015/2120	294
7.4.3 A neutralidade de rede no modelo norte-americano	297
7.4.3.1 A neutralidade de rede no governo Barack Obama: criação das regras de “open internet”	298
7.4.3.2 A neutralidade de rede no governo Donald Trump: o fim das regras de “open internet”	306
7.5 Responsabilidade civil dos provedores e controle de conteúdo ilícito	309
7.6 Guarda e requisição judicial de registros: requisitos e parâmetros para a prova digital	325

8	A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ESFERA DIGITAL.....	345
8.1	Informatização do processo administrativo e assinatura eletrônica.....	346
8.2	Acesso à informação e transparência	352
8.3	Governo digital e serviços públicos digitais	363
8.4	Nova Lei de Licitações e Publicidade	373
8.5	Segurança da informação e defesa cibernética.....	379
8.6	Cartórios e Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP	385
9	RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL	389
9.1	Novos danos e interesses merecedores de tutela	390
9.2	Direitos da personalidade e responsabilidade civil por dano à imagem	397
9.3	A responsabilidade dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	410
9.4	A responsabilidade dos editores de blogs por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	417
9.5	A responsabilidade dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	420
9.6	A responsabilidade dos motores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca.....	421
9.7	Direito ao esquecimento e direito à desindexação: (ir)responsabilização dos provedores de aplicações.....	425
9.8	A responsabilidade dos aplicativos de transporte individual de passageiros	436
9.9	A responsabilidade dos provedores de <i>online marketplace</i> por danos causados por terceiros	459

9.10 Serviços <i>on-line</i> de hospedagem e disposições condominiais ...	465
9.11 Direito de arrependimento (prazo de reflexão) e compras <i>on-line</i>	471
9.11.1 A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020 (RJET).....	477
9.12 Fraude bancária e responsabilidade em transações de <i>internet banking</i>	478
9.13 Responsabilidade civil por danos causados por inteligência artificial (IA)	485
10 COMÉRCIO ELETRÔNICO E NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO	495
10.1 Contratos e contratação eletrônica	495
10.1.1 Classificação dos contratos eletrônicos: contratos inter-pessoais, interativos, intersistêmicos e inteligentes.....	499
10.1.2 Assinatura digital/eletrônica e integridade dos contratos eletrônicos	504
10.1.3 Lugar e momento da formação dos contratos eletrônicos	518
10.2 Regulamentação do <i>e-commerce</i> : Decreto nº 7.962/2013	524
10.3 Mecanismos de “Online Dispute Resolution” (ODR) e “Cyber-courts” no comércio eletrônico.....	534
10.4 Criptomoedas, <i>blockchain</i> e Lei nº 14.478/2022	547
10.5 <i>Crowdfunding</i> (financiamento coletivo)	557
10.6 <i>Startups</i> , Inova Simples e Empresa Simples de Crédito.....	564
10.7 Lei Complementar nº 182/2021: Marco legal das <i>startups</i> e do empreendedorismo inovador	567

11	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO E TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO	575
11.1	4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0).....	576
11.2	Ciência de dados e Jurimetria.....	579
11.3	Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Poder Judiciário	581
11.3.1	Resolução CNJ nº 332/2020: Inteligência Artificial e Direito.....	582
11.3.2	Resoluções CNJ nº 325/2020 e nº 370/2021: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD.....	585
11.3.3	Resolução CNJ nº 335/2020: PDPJ-Br.....	586
11.3.4	Resolução CNJ nº 337/2020: Videoconferência	588
11.3.5	Resolução CNJ nº 345/2020: Juízo 100% Digital.....	589
11.3.6	Resolução CNJ nº 354/2020: cumprimento digital de ato processual.....	591
11.3.7	Resolução CNJ nº 358/2020: ODRs e SIREC.....	592
11.3.8	Resolução CNJ nº 372/2021: Balcão Virtual.....	593
11.3.9	Resolução CNJ nº 385/2021: Núcleos de Justiça 4.0	594
11.3.10	Resolução CNJ nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	595
	Referências bibliográficas.....	597